

São Paulo  
Rua Alvarenga, 2331, Butantã  
São Paulo - SP - Brasil  
CEP: 05509-006  
Tel.: +55 11 3035-1155  
Fax: +55 11 3817-4600



## ÍNDICE

<b>PLATAFORMA AMBIENTAL PARA O MUNICÍPIO</b>	<b>2</b>
<b>CLIMA / ENERGIAS RENOVÁVEIS</b>	<b>3</b>
<b>FLORESTAS/ RECURSOS HÍDRICOS</b>	<b>7</b>
<b>AGRICULTURA SUSTENTÁVEL/ TRANSGÊNICOS</b>	<b>9</b>
<b>OCEANOS</b>	<b>10</b>
<b>OUTROS TEMAS ESPECÍFICOS</b>	<b>11</b>

## **PLATAFORMA AMBIENTAL PARA O MUNICÍPIO DO LOCAL PARA O GLOBAL**

As eleições municipais deste ano coincidem com os 20 anos de um importante marco político para as cidades brasileiras: a autonomia política, administrativa e financeira, inclusive, para atuar na proteção do meio ambiente, garantida pela Constituição de 1988. Apesar das conquistas constitucionais, são poucos os avanços ambientais percebidos nas cidades brasileiras. O meio ambiente ainda não faz parte das agendas da grande maioria dos municípios.

No entanto, os efeitos das mudanças climáticas já começam a ser percebidos em todo o mundo. A necessidade de reduzir as emissões dos gases de efeito estufa e o aumento do desmatamento das nossas florestas são temas que colocarão prefeitos e vereadores diante de uma nova realidade, que exigirá a adoção de soluções locais articuladas com a realidade global. É preciso não só pensar globalmente e agir localmente, mas praticar também a lógica reversa.

Esse é o grande desafio que se impõe nessas eleições. Quando as populações dos mais de 5 mil municípios digitarem os números dos seus candidatos em outubro estarão interferindo não só na realidade local como na global.

No intuito de fomentar essa discussão e mobilizar todos os setores da sociedade, o Greenpeace elencou uma série de sugestões que podem ser adotadas em qualquer município do País. Esperamos que nossas contribuições possam se juntar àquelas que estão sendo construídas por outras organizações da sociedade civil e movimentos sociais para ajudar a compor um painel promissor de um futuro melhor para todo o povo brasileiro.

Nos espaços urbanos afloram de modo mais incisivo os problemas ambientais e os conflitos da vida moderna, que podem levar a soluções inovadoras para a construção de um futuro melhor para a humanidade.

## CLIMA / ENERGIAS RENOVÁVEIS

Proposição de uma política municipal de mudanças climáticas, que aborde de maneira coordenada estratégias de mitigação, vulnerabilidade e adaptação. O estabelecimento de estratégias locais que incluam metas de redução de emissões de gases estufa nas cidades pode compensar a inércia do governo federal em adotar medidas concretas para resolver a crise climática.

A plataforma municipal também deve definir medidas de incentivo à adoção de fontes de energias renováveis limpas e seguras e a programas agressivos de eficiência energética. O uso racional e responsável da energia é chave para o desenvolvimento sustentável dos municípios e do País. A descentralização da geração elétrica através da expansão das fontes renováveis modernas como eólica, solar, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas pode garantir segurança energética e crescimento econômico.

### Políticas/ programas prioritários

1. Definir um plano municipal sobre mudanças climáticas, incluindo ações de mapeamento das vulnerabilidades do município às mudanças climáticas, bem como a adoção de metas de redução de emissões de gases estufa, mitigação dos impactos e adaptação a esses impactos;
2. Comprometimento do município com metas setoriais de redução das emissões de gases do efeito estufa, com ênfase no estabelecimento de mecanismos financeiros efetivos para a implementação de matrizes energéticas modernas limpas e renováveis. A cidade Osório (RS) abriga o maior parque eólico da América Latina, onde 75 cata-ventos fornecem toda a energia consumida pelos seus 40 mil habitantes e ainda abastece outros 630 mil moradores de Porto Alegre;
3. Exigir das indústrias que indique nos rótulos dos produtos a quantidade de carbono emitido durante o processo de produção;
4. Exigir que a indústria automobilística informe em cada modelo fabricado a quantidade de carbono emitido por quilômetro rodado;

5. Proibir, por legislação municipal, a instalação de indústria nucleares, de mineração, beneficiamento e enriquecimento de urânio;
6. Proibir o transporte de material radioativo, como urânio, "yellow cake e varetas de combustível nuclear, dentro dos limites municipais;
7. Acabar com subsídios e incentivos locais a empreendimentos relacionados à produção de fontes fósseis e/ou nucleares;
8. Investir em programas e ações de eficiência energética que troquem todas as lâmpadas incandescentes dos órgãos e repartições públicas por lâmpadas fluorescentes, além de estabelecer que só serão comprados aparelhos elétricos com índice de classificação de eficiência energética do tipo A;
9. Obrigatoriedade para que novas edificações, residenciais e não-residenciais, além de instalações industriais, utilizem sistemas de aquecimento de água por meio de energia solar;
10. Instalar aquecedores solares de água em todos os imóveis novos construídos pelos programas habitacionais dos municípios;
11. Incentivos, com a dedução de impostos, à aquisição de coletores solares, painéis solares e geradores de pequeno porte a partir de biocombustíveis, com incentivos econômicos;
12. Incentivar a instalação de indústrias de tecnologias limpas (fabricantes de aerogeradores, coletores solares e painéis fotovoltaicos);
13. Reduzir a carga tributária sobre materiais utilizados na fabricação de tecnologias para a geração de energia renovável;
14. Estabelecer programas de áreas protegidas municipais, que protejam/recuperem com florestas nativas e demais formas de vegetação, um percentual de 24 metros quadrados por habitante, o dobro do padrão mínimo fixado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Goiânia, por exemplo, é a cidade mais verde do País, com 94 metros quadrados de mata por habitante;
15. Estabelecer em lei a obrigatoriedade do plantio de árvores nativas do bioma onde se insira o município, uma árvore para cada lote ou no mínimo a cada 12 metros;

16. Os municípios litorâneos deverão elaborar planos especiais, em razão da sua vulnerabilidade à elevação do nível do mar, com foco na capacitação da defesa civil para a proteção da população;
17. Implantação de sistemas de transporte coletivo - ônibus, trens metropolitanos e bondes elétricos, integrados a outros meios de transporte para desestimular o uso diário do automóvel;
18. Estabelecer áreas restritas à circulação de automóveis, implantar rodízios de veículos em áreas de maior tráfego e grande poluição nas grandes cidades;
19. Implementar a Inspeção Veicular e reduzir os limites de emissão dos veículos com a adoção de motores mais eficientes, regulagens periódicas e o uso de combustíveis de transição, como o álcool e o biodiesel;
20. Incentivos tributários para que os edifícios com mais de três andares utilizem a área do último andar para a constituição de telhados verdes ou “boulevard aéreos”;
21. Incentivar a solução ciclística para proteger o meio ambiente e melhorar o trânsito, com a instalação de rede de ciclovias em toda a cidade, interligadas e distantes no mínimo 80 centímetros da via principal, com projeto de drenagem independente;
22. Criação do programa Bicicleta Amiga para favorecer o uso de bicicletas pela população, com a instalação de bicicletários públicos, cobertos, iluminados e seguros, juntos as estações de ônibus, metrô, trens e de barca;
23. Estabelecer, junto com os governos federal e estaduais, em ônibus, barcas, trens e metrô, espaços destinados ao transporte de bicicletas, permitindo o seu uso de forma integrada ao sistema de transporte público, beneficiando o trabalhador, seu maior usuário;
24. Organizar registros de mortes provocadas por chuvas fortes, desmoronamento, secas, enchentes, tornados e outros desastres naturais;
25. Organizar registros de mortes e doenças provocadas por problemas de saúde associados às mudanças climáticas e poluição urbana;

São Paulo  
Rua Alvarenga, 2331, Butantã  
São Paulo - SP - Brasil  
CEP: 05509-006  
Tel.: +55 11 3035-1155  
Fax: +55 11 3817-4600

26. Organizar grupos especializados no socorro de vítimas de eventos extremos, como enchentes, tornados, ciclones e secas prolongadas, associados às mudanças climáticas.

GREENPEACE

## FLORESTAS/ RECURSOS HÍDRICOS

Apenas 1/5 das florestas do planeta continuam intactas e 30% deste legado está localizado no Brasil. A proteção de nossas florestas não se justifica somente pela riqueza de sua biodiversidade, mas também pelo papel fundamental que elas representam na regulação climática do planeta. As florestas são fundamentais para a proteção dos mananciais que garantem o abastecimento de água das cidades. Proteger as florestas é tão importante quanto investir em saúde.

Já consumimos uma Mata Atlântica inteira e metade do Cerrado, agora será a vez da Amazônia ser triturada no liquidificador do desenvolvimento nacional.

### Políticas/programas prioritários

1. Criar pacotes tecnológicos que incentivem a aquisição e a produção de produtos tradicionais da Floresta Amazônica, que gerem renda, empregos e mantenham a floresta em pé;
2. Proibir órgãos públicos de consumir madeira que não tenha origem legal;
3. Obrigar os órgãos públicos a comprar somente madeiras oriundas de áreas exploradas em regime de manejo sustentável;
4. Fortalecer a estrutura das Secretarias de Meio Ambiente para inviabilizar a comercialização da madeira ilegal e impedir crimes associados;
5. Exigir, nas compras públicas diretas de produto madeireiro ou na contratação de obras e serviços, a comprovação de origem e legalidade de produção, tais como a Guia Florestal (GF) ou o Documento de Origem Florestal (DOF);
6. Exigir nos processos de licenciamento de obras e projetos a comprovação de origem e legalidade de produção das madeiras utilizadas, tais como a GF ou DOF;
7. Organizar cadastro dos fornecedores das compras públicas municipais que tenham atividades/produtos comercializados, vinculados a exploração da Amazônia;

8. Estabelecer programas de remuneração dos serviços ambientais prestados relacionados ao fim dos desmatamentos;
9. Manter a legislação que estabelece as Áreas de Preservação Permanente (APP) situadas em áreas urbanas, como o Código Florestal (4.771/65) e a Lei do Parcelamento do Solo Urbano (6.766/79). Ambos estão ameaçadas de revogação pelo projeto de lei 3.057/2000, em tramitação na Câmara dos Deputados, que, como denunciou a Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA), poderá acabar com a proteção dos rios nas cidades;
10. Criar e ampliar áreas protegidas nas bacias hidrográficas, fundamental para a produção de água de boa qualidade. A bacia do Guarapiranga, na cidade de São Paulo, por exemplo, só conta com 3% de sua área efetivamente protegida;
11. Elaborar programa de redução do desperdício da água que elimine as perdas no trajeto entre o manancial onde é captada até a torneira. O índice de desperdício chega a 70% em Manaus, Rio Branco e Porto Velho, e a 53%, na cidade do Rio de Janeiro;
12. Estabelecer em lei a obrigatoriedade do plantio de pelo menos uma árvore para cada lote ou a cada 12 metros, como na cidade de Londrina (PR);
13. Estabelecer programa de reflorestamento com espécies nativas das nascentes e matas ciliares, assegurando, assim, o abastecimento de água da população;
14. Exigir os condomínios verticais sejam construídos com um hidrômetro instalado em cada unidade;
15. Criar programa de incentivos financeiros à troca de válvulas de descarga antigas por modelos de baixo consumo;

## AGRICULTURA SUSTENTÁVEL/ TRANSGÊNICOS

Uma agricultura responsável comprometida com a produção social e ambientalmente justa é fundamental para o desenvolvimento sustentável das cidades. A liberação dos transgênicos pode causar impactos irreversíveis, imprevisíveis e incontrolláveis para os municípios. Ainda há pouquíssimos estudos sobre o que pode acontecer com a saúde humana ou animal caso esses organismos sejam plantados. Até agora, ninguém conseguiu provar que eles sejam seguros. Além disso, os OGM também podem aumentar o uso de agrotóxicos.

### Políticas/programas prioritários

1. Excluir do cardápio da merenda escolar e dos serviços de saúde, alimentos contendo organismos geneticamente modificados (OGMs);
2. Exigir que bares, restaurantes e lanchonetes informem a seus clientes sobre a utilização de alimentos contendo OGMs na formulação de seus pratos;
3. Exigir a rotulagem e identificação de produtos alimentícios contendo OGMs, que permita ao consumidor a correta informação sobre o que está consumindo;
4. Exigir que os supermercados criem áreas específicas para a comercialização de produtos contendo OGMs;
5. Oferecer condições especiais para a comercialização da produção agrícola orgânica;
6. Proibir o plantio de quaisquer variedades transgênicas no âmbito municipal.

## OCEANOS

A contaminação dos oceanos com poluentes, a diminuição dos estoques de peixes e o aquecimento global, entre outros fatores, ameaçam a sobrevivência de diversas espécies marinhas. No Brasil, conforme dados do governo federal, 80% dos recursos economicamente explorados pela pesca marinha se encontram em situação de sobrepesca, ameaçados ou em processo de recuperação. Diversos ecossistemas presentes nos 8.698 quilômetros de nosso litoral têm sua sobrevivência ameaçada.

As mudanças nos oceanos podem afetar a vida dos cerca de 42 milhões de brasileiros – um quarto da população nacional – que vivem na faixa litorânea do País. As mudanças nesse quadro dependem de um engajamento do poder público local, especialmente das cidades litorâneas.

### Políticas/programas prioritários

1. Incorporar nos processos de autorização de construções e instalação de empreendimentos em zona costeira, os estudos sobre a elevação do nível do mar;
2. Estabelecer critérios de sustentabilidade para a produção e o consumo de pescados nas compras públicas;
3. Proibir, nas compras públicas, a aquisição de pescado que não atenda aos critérios de sustentabilidade, especialmente na rede pública de ensino e nos serviços de saúde;
4. Inserir nos currículos da rede municipal de ensino conceitos básicos sobre oceanografia.

## OUTROS TEMAS ESPECÍFICOS

Além dos temas já citados, existem outros com os quais trabalhamos por meio de articulações com as diversas redes da sociedade civil das quais participamos. Destacamos, entre eles, os seguintes:

### Políticas/ programas prioritários

1. Garantir o funcionamento dos Conselhos Municipais do Meio Ambiente, com poderes decisórios, assegurando a representação paritária entre a sociedade civil e as instâncias de governo;
2. Elaborar um plano de remediação de áreas industriais contaminadas e responsabilizar as empresas e ou atores envolvidos;
3. Estabelecer uma política municipal de resíduos sólidos, que responsabilize as pessoas (físicas ou jurídicas) pelos custos do tratamento adequado do lixo que geram;
4. Estabelecer Programa Vassoura Zero, ancorado em uma política municipal de resíduos sólidos, com a adoção de metas obrigatórias de reciclagem, em bases progressivas, distribuídas setorialmente (comércio, residências, indústrias, resíduos de construção, empresas e hospitais), que elimine os lixões no prazo de 10 anos;
5. Criar programa de incentivo para técnicas ecológicas de coleta e tratamento de esgotos, como as mini-estações (para tratamento primário), tratamento biológico e biodigestores;
6. Estabelecer uma política de licitações públicas sustentáveis, ancorada em um plano de ação para estimular a produção limpa, com menor impacto ambiental e geração de resíduos;
7. Estabelecer, no âmbito da política municipal de resíduos sólidos, a responsabilidade pós-consumo do gerador de resíduos, dentro do sistema de logística reversa, com o retorno de produtos, embalagens ou materiais ao centro produtivo;
8. Criar pontos de recebimento/coleta dos resíduos eletrônicos (e-lixo), com a destinação do material coletado para ser reutilizado, reciclado e aproveitado pelas indústrias no Brasil;
9. Responsabilizar o fabricante de produtos eletro-eletrônicos pelo descarte apropriado do lixo que não for reutilizado/reciclado;
10. Responsabilizar os fabricantes de lâmpadas fluorescentes a fazer a coleta seletiva e reciclagem do produto usado;

São Paulo  
Rua Alvarenga, 2331, Butantã  
São Paulo - SP - Brasil  
CEP: 05509-006  
Tel.: +55 11 3035-1155  
Fax: +55 11 3817-4600

11. Proibir o uso de sacolas de plástico nos supermercados e demais estabelecimentos comerciais.
12. Estabelecer um código municipal ecológico de construções sustentáveis para minimizar a demanda energética e os impactos ambientais, por meio de diretrizes arquitetônicas que privilegiem o uso de materiais e revestimentos térmicos, acústicos e energeticamente mais eficientes.

GREENPEACE